



Anais da Assembleia

Nº 100

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1983

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Anibal Khury, secretaria da pelos senhores deputados Rubens Bueno e Gabriel Manoel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Junior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli. (1).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) — Senhor presidente, requeiro verificação de votação da aprovação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Antes, porém, a Mesa registra com satisfação a presença do senhor vereador Roque Scherer do Município de Ampére.

O SR. CAITO QUINTANA — (Pela Ordem) — Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)

28 senhores deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

A presidência irá proceder a verificação de votação da ata, atendendo solicitação do senhor deputado Tércio Albuquerque.

(É procedida a verificação de votação)

Aprovada a ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Acrescente-se ao parágrafo único, do art.74, da Constituição Estadual:

"c) para o funcionário que, contando com mais de 15 anos de serviço público, opte pela aposentadoria com proventos proporcionais".

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Nestor Baptista, Leônidas Chaves, Fiori Luiz, Roberto Requião Homero Oguido, Eduardo Baggio, Francisco Escorsin, Nelson Vasconcellos, Hermas Brandão, Nilso Sguarezzi, Sergio Spada, Orlando Pessuti, Tuguio Setogutte, Edgar Pimentel, Odeni Mongruel, Artagão Mattos Leão, Péricles Pacheco, Ezequias Losso, Jorge Maia Filho, Augusto Carneiro, Erondy Silvério, Djalma de Almeida César, Caio Quintana, Gabriel Manoel, Tércio Albuquerque, Rubens Bueno, Acir Mezzadri, Mário Pereira, Trajano Bastos, Ervin Bonkoski e duas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A emenda constitucional ora apresentada tem como finalidade permitir a aposentadoria proporcional àqueles funcionários que, contando com mais de quinze anos de serviço, não tenham mais interesse em permanecer vinculados à administração pública, facultando-lhes, sem prejuízo do tempo em que prestaram serviço ao Estado, o seu retorno à iniciativa privada.

A justeza da medida reflete-se no reconhecimento do Estado ao tempo de serviço que lhe foi dedicado e na justa remuneração pelo tempo mínimo de 15 (quinze) anos que lhe foi prestado e, por outro lado, na economia que iria acarretar aos cofres públicos com a depuração decorrente no funcionalismo público estadual, permitindo a passagem para a inatividade de funcionários que, sem qualquer motivação pelo serviço público, a ele se viessem atrelado apenas não desperdiçar o tempo já contado para a aposentadoria.

Por outro lado, e não menos atrativo para os interesses do Estado, o remanejamento judicioso das vagas assim criadas viria sem dúvida, proporcionar uma injeção de sangue novo na administração estadual, que, em muitos casos, tem o seu quadro prematuramente envelhecido e desatualizado.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio dos nobres Senhores Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 97/83, constante da Ordem do dia de hoje.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos que este subscreve nos termos regimentais e no uso de suas atribuições, dirige-se a Vossa Excelência para requerer à Casa, manifestação de regozijo em favor da UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES, pela realização do 27.º Congresso, na Cidade de Maringá, nos dias 16, 17 e 18 de setembro corrente, cuja pauta dos trabalhos conhecerá das Conjunturas Internacional e Nacional, Reestruturação da Universidade, Lutas Educacionais e Estatuto da U.P.E.

Esta manifestação do Poder Legislativo Paranaense vai de encontro à Classe Estudantil por sua preocupação com temas da mais alta relevância que nos une em favor na Nação brasileira.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos, um voto de regozijo pela passagem do trigésimo aniversário da fundação do Jornal Caiçara de União da Vitória, bem como, que, do pronunciamento desta Casa, seja dado ciência à sua Diretora-proprietária Maria Daluz Augusto.

O "Caiçara" tem cumprido sua missão como veículo noticioso, informando e formando a opinião pública do Município de União da Vitória. Desde o início de sua fundação, sua luta, da qual orgulhosamente participamos, foi árdua e constante em favor das aspirações e direitos da comunidade.

Por esse motivo, prazerosamente, propomos este voto de congratulações a toda a equipe do sobredito semanário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

Apoio: Antonio Anibelli e Anibal Khury.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, ouvido Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de louvor à Câmara Federal, pela criação e instalação da Comissão do Índio, e seja enviado ao seu Presidente, Deputado Mário Juruna, as congratulações desta Casa por sua eleição, augurando-lhe o maior sucesso.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, após ouvido o Plenário, encaminhamento de um voto de aplauso, que ficará consignado na ata dos trabalhos de hoje, dirigido à TV Iguaçu Canal 04, na pessoa de seu ilustre Diretor-Presidente, Doutor Paulo Pimentel, pela brilhante conquista da emissora que, através do Canal 08 levará suas imagens à Cascavel e região Oeste do Estado do Paraná. R E Q U E R, ainda, que se dê ciência do presente requerimento aos interessados.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O presente voto de aplauso faz-se necessariamente justo pela feliz conquista daquele brilhante órgão de comunicação de relevante e indiscutível penetração a nível estadual e nacional. A TV Iguaçu Canal 04 de Curitiba, agora através do Canal 08, em Cascavel, Estado do Paraná, vem realizando destacados programas no intuito de contribuir a nível de informações e soluções para a melhoria das condições de vida da população de nosso Estado, justificando nosso pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, R E Q U E R o envio de expediente, consubstanciado em apelo, ao Excelentíssimo Senhor Deputado Deni Lineu Schwartz, Digníssimo Secretário dos Transportes, no sentido de ser reativada a

chamada operação "D.E.R. nas Praias", com as seguintes obras prioritárias:

I — Reparos no asfalto da Estrada das Praias entre Monções—Matinhos, Matinhos— Caiobá, e daí até o Ferry—Boat atingindo a Avenida 29 de abril em Guaratuba, que atravessa a cidade em direção a Garuva e ao vizinho Estado de Santa Catarina.

Como se sabe, essa estrada que sempre foi conservada pelo D.E.R., recebe todo o tráfego pesado de caminhões que atravessam a cidade e em consequência das últimas chuvas, encontra-se bastante danificada.

II— Restauração do "calçadão" entre Matinhos e Caiobá, obra que foi executada e era conservada pela EMOPAR, mas atualmente, em consequência da violência do mar, foi bastante afetada em sua estrutura.

Cremos que a EMOPAR atualmente não tem condições de arcar com esse ônus, motivo pelo qual estamos apelando à Secretaria dos Transportes, para analisar a possibilidade de executar a obra através do D.E.R.

Nosso apelo se justifica, tendo em vista a proximidade da temporada de verão, quando aumenta consideravelmente, o número de veículos que demandam às nossas praias, razão porque reputamos da maior importância a execução dessas obras.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) NELSON BUIFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, após ouvido Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o apelo desta Casa, no sentido da legalização do "jogo do bicho", no País.

A matéria, sabemos, é bastante controversa e é do conhecimento de todos que o "jogo do bicho", que grassa por todo o território nacional, tem resistido a todos os esforços do Poder Público para a sua erradicação. Todas as tentativas neste sentido esbarraram sempre no poderio econômico gerado pela contravenção, que torna infrutíferos todos os esforços que pretendam baní-la, fomentando, por outro lado, a corrupção entre as forças policiais encarregadas de coibí-la.

Nestas condições, se analisarmos a questão por um outro prisma, verificamos que a legalização da atividade dos "bicheiros", já que não se consegue suprimí-la, poderia ser transformada em fator positivo dentro da organização social do País, regulamentando, protegendo e amparando socialmente a atividade de uma porção de empregados, hoje marginalizados e se constituindo, finalmente, numa fonte adicional de rendas que poderiam ser destinados à obras sociais, minorando-se, assim, a situação calamitosa em que vivem as classes menos favorecidas.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente R E Q U E R, após ouvido o Plenário, seja enviado telex à Bancada Paranaense do Senado Federal, solicitando esforços no sentido de que seja aprovada a Emenda n.º 188/82, de autoria do Deputado Federal Euclides Scalco, ao Projeto de Lei n.º 6.717/82.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Os cursos de Farmácia já possuem mais de 150 anos de ensino voltado para a saúde da população. A aprovação do referido projeto de lei, sem a inserção da emenda, virá certamen-

te prejudicar os interesses dos profissionais farmacêuticos, vez que abrangerá um curso estranho à área.

Contando já com a aprovação da Câmara dos Deputados, por maioria de votos, espera-se que possa a referida Emenda ser aprovada também no Senado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, solicitando que a jurisdição da COHAPAR de Ubiratã passe a ser Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A jurisdição atualmente da COHAPAR de Ubiratã pertence a Cascavel, mas isto traz dificuldades incomensuráveis aos usuários da mesma que residem em Ubiratã, dado que Cascavel atende outros municípios e sua sede. Daí, solicitarmos para que a mesma passe a Campo Mourão, desafogando assim Cascavel e trazendo mais agilidade para os usuários de Ubiratã, dado que em Campo Mourão, os processos seriam resolvidos mais rapidamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se atender as seguintes reivindicações para a Delegacia de Polícia do Município de Iretama:

1.º — uma viatura nova devidamente equipada;

2.º — maior contingente de policiais, sendo que atualmente, possui dois;

Sem estas condições fica aquela coletividade desprovida de segurança de poder contar com uma ação eficiente daquele Organismo Policial.

Portanto, é imprescindível que medidas sejam tomadas no sentido de atender o que ora foi exposto, capazes de reconduzir este setor, a uma maior capacidade de operação.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes solicitando o encasalhamento da estrada que liga Barbosa Ferraz a Paraíso do Sul.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em referência, se encontra em péssimas condições de tráfego o que tem trazido sérios problemas não só para o escoamento da produção, como também para o transporte de escolares que vêm até a sede do município para poderem estudar. Daí, a presente solicitação para que se efetue dentro da brevidade possível o encasalhamento da referida estrada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido

de que seja estudada a possibilidade de se atender as reivindicações seguintes, referentes à Delegacia de Polícia localizada no Município de Mamborê:

1.º — Transferir o Comando Policial de Mamborê do Batalhão da Polícia Militar de Goioerê, para o município de Campo Mourão;

2.º — Uma viatura nova e devidamente equipada;

3.º — Verbas suficientes para melhor garantir a eficiência dos trabalhos daquele setor.

Tais reivindicações por certo irão agilizar o processo de ação daquele município, no que diz respeito ao Organismo Policial.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, consubstanciado em solicitação àquela Pasta para que seja implantado, com a máxima urgência, a imediata instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros, na cidade de Terra Roxa.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é dirigida à Secretaria de Estado da Segurança Pública, atendendo aos reclamos da laboriosa população de Terra Roxa, que através do seu crescimento está a exigir das autoridades estaduais um melhor atendimento.

Terra Roxa necessita uma retribuição das mais convincentes pelo trabalho dos mais proflucos, que tem proporcionado em favor da geração de divisas aos cofres estaduais.

Atualmente, enormes prejuízos vêm tendo aquela região com perdas inestimáveis, pela falta de amparo nesse sentido, pelo fato de que, quando ocorre algum incêndio a população tem que recorrer para outros meios, até que seja providenciado uma unidade de outra cidade, e a mais próxima dista mais de cem quilômetros.

Informamos ainda, que a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros, na cidade de Terra Roxa, justifica-se pelo fato daquele município situar-se em ponto estratégico, podendo atender ainda as seguintes Cidades: Francisco Alves, Guafrá, Palotina e seus respectivos distritos.

Neste sentido, é que se encaminha o presente apelo à Secretaria de Estado da Segurança Pública, sempre atenta às justas reivindicações de nosso povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, após o Plenário, o envio de expediente à sua Excelência o Senhor Desembagador Alceu Conceição Machado, apelando no sentido de que, no Projeto da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criado o Distrito Judiciário de Ibiracema, no município de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista que o Distrito de Ibiracema, dista mais de vinte quilômetros da sede do município de Catanduvas, ocasionando inúmeros problemas à sua numerosa população, no trato das causas judiciais.

Distrito Administrativo criado desde 1974, conforme Lei n.º 09/74, Ibiracema possui uma laboriosa população que de longa data vem reivindicando melhorias naquela rica região de

Catanduvas, inclusive com relação aos problemas judiciais.

É nesse sentido que formulamos o presente apelo que temos certeza merecerá do Poder Judiciário, o melhor de suas atenções, já que a sua finalidade, como sempre, vem a de ser o trato da causa pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a possibilidade de se atender as seguintes reivindicações referentes ao Município de Nova Cantu:

1.º — Transferir o Comando Policial de Nova Cantu do Batalhão Militar de Goioerê para o Município de Campo Mourão;

2.º — Uma viatura nova devidamente equipada para a Delegacia de Polícia;

3.º — Verbas suficientes para melhor garantir a eficiência dos trabalhos no que diz respeito a funcionalidade de todo o Organismo;

Torna-se inadiável medidas urgentes que venham suprir estas deficiências, que por certo, irão dar mais tranquilidade e segurança a toda aquela coletividade.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, R E Q U E R, a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, solicitando a instalação de um PS na localidade denominada RIO DO LEÃO, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A localidade denominada Rio do Leão, no Município de Campo Mourão, conta atualmente com mais de 150 propriedades, ali habitando seguramente, mais de 550 habitantes, os quais ficam praticamente isolados dado a falta de comunicação, principalmente, no período chuvoso. Daí a necessidade de se dotar aquele local, com um posto telefônico o que iria solver sérios problemas hoje enfrentados pelos que ali habitam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, solicitando informações sobre o aumento de tarifas de água no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O aumento das tarifas de água em nosso município, já se tornaram uma constante, trazendo sérias preocupações aos usuários da mesma, dado que a maioria são pessoas de baixa renda e isso vem influenciar decisivamente no seu orçamento doméstico.

Para análise, citamos uma conta que em maio era de CR\$ 1.836,00 e passou em junho, para CR\$ 5.554,00 e, em setembro, para CR\$ 16.604,00.

Daí, essa solicitação para que possamos esclarecer os usuários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais R E Q U E R, a Vossa Excelência após ouvido Plenário que se envie expediente ao SENAC solicitando a implantação de cursos do mesmo, no Município de Fenix.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) AMELIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Fenix está em franco desenvolvimento, mas este desenvolvimento é profundo na área da agricultura e seus filhos deixam o município quando querem se dedicar a outras atividades, dado que o mesmo não tem uma infra-estrutura para resolver seus problemas. Uma delas que a comunidade deseja é que se implantem cursos para que os mesmos possam se dedicar a outras atividades. Daí a presente solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando que se inclua a Santa Casa de Misericórdia, de Campo Mourão, como beneficiária de recursos junto ao Orçamento Geral do Estado, no exercício de 1984.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) AMELIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão é entidade que assiste aos necessitados não só de Campo Mourão como também de toda a região da CONCAM, estando atualmente a mesma passando por sérias dificuldades financeiras, o que ocorre com a maioria dos hospitais do gênero em todo o País. Sendo a saúde, a suprema lei, cumpre ao Poder Público amenizar essa angústia por que passam as mesmas, colaborando com auxílio financeiro, para dar condições de realizarem a sua grande finalidade social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, R E Q U E R, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Lineu Schwartz, solicitando urgentes providências com vistas à recuperação da estrada do Cerne, trecho compreendido entre os quilômetros 40 a 100, que se encontra em péssimas condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

A Estrada do Cerne foi a rodovia pioneira na ligação do Sul ao Norte do Estado, por muitos anos.

Era a principal estrada que possibilitava escoamento das principais atividades produtivas.

Com a construção da Rodovia do Café, o transporte Sul, passou a ser feito por ela, denominada BR-277.

A história rodovia foi praticamente abandonada pelas administrações passadas.

Com isso ficou esquecida, o que é lamentável sob todos os aspectos.

A rodovia foi e ainda é utilizada no escoamento de produtos agrícolas produzidos pelos agricultores residentes nos distritos de Três Córregos e São Silvestre, pertencentes ao Município de Campo Largo; além do mais, existe linha regular de ônibus de passageiros.

Com as últimas chuvas a situação agravou-se considera-

mente, com quedas de várias barreiras sobre o leito da pista, interrompendo o tráfego de veículos, prejudicando também, o transporte de passageiros.

A recuperação da pista poderá ser feita com ensaibramento, limpeza das margens e restauração dos acostamentos.

Dada a existência de uma saibreira de propriedade do DER, na localidade de Assungui, o trabalho ficará bastante facilitado e a custo baixo.

Há necessidade também de se proceder limpeza nas margens da estrada, que vem sendo tomada pelas vegetações, transtornando o tráfego de veículos que por lá transitam.

Diante de todos esses fatos concretos, providências urgentes terão que ser concretizadas, tendo como meta recuperar a tradicional rodovia.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, R E Q U E R, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Deni Lineu Schwartz, solicitando urgentes providências visando recuperar a estrada que liga Palmeira a São João do Triunfo, que se encontra em péssimas condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA.

Após as grandes precipitações pluviais ocorridas na região há pouco tempo, ocasionaram na pista daquela rodovia, defeitos de grande monta.

É oportuno salientar, sendo os agricultores que mais sofrem com tal situação, tornam-se necessárias medidas urgentes visando sanar os defeitos, restabelecendo, por via de consequência, as condições normais de tráfego.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, R E Q U E R, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor José Richa, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Maurício Fruet, Digníssimo Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de determinar aos órgãos do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Curitiba, respectivamente, que se discipline o uso no fornecimento de cópias xerox e heliográficas, visando principalmente a proibição da comercialização desse serviço, tendo em vista, além da irregularidade do procedimento comercial, a concorrência ilegal exercida pelos órgãos da administração estadual e municipal com as firmas regularmente instaladas, as quais através de seus respectivos alvarás de funcionamento e outros documentos, estão habilitadas a exploração unicamente da atividade econômica correspondente àquela prestação de serviço com exclusividade.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma, à Associação Paranaense de Copiadoras.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, encarecendo a necessidade de estadualizar o jogo do bicho. Recentes notícias dão conta de que o Ministro da Justiça estaria estudando a legalização de tal atividade, o que será maléfico para o Estado do Paraná, que já é sangrado em bilhões por

ano com a Loto, Loteria Esportiva e Loteria Federal.

Diante do exposto, solicitamos ao Senhor Governador e ao Senhor Secretário da Segurança, o empenho no sentido de estudar e implantar a estadualização do jogo do bicho, com a aplicação dos recursos auferidos, na assistência social e entidades mantenedoras de menores.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, R E Q U E R, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Reflorestadora Banestado, através do Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, pedido de informações, para resposta aos seguintes quesitos:

- 1) Foi adquirida, recentemente, pela Reflorestadora Banestado uma máquina motoniveladora ou equipamento similar?
- 2) A motoniveladora adquirida, em caso de resposta afirmativa ao quesito anterior, era nova ou usada?
- 3) Houve licitação, e qual a sua forma, para a aquisição em questão?

- 4) Qual o preço do equipamento adquirido?

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) GABRIEL MANOEL

PROJETO DE LEI N.º 139/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O art. 1.º, da Lei n.º 7557, de 22 de dezembro de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º — Os cargos de Assessor da Imprensa dos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Paraná, serão promovidos por jornalistas, radialistas, radiodifusores e bacharéis em relações públicas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de setembro de 1983.

(a) ERVIN BONKOSKI

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7557, de 22 de dezembro de 1981, ao estabelecer normas para o provimento dos cargos de assessor de imprensa nos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado, foi extremamente injusta com as demais categorias de profissionais da informação ao beneficiar com o acesso aos mencionados cargos apenas aos jornalistas profissionais, excluídas as demais atividades de comunicação.

E no sentido de corrigir a distorção criada, com o benefício de apenas uma parcela dos profissionais capacitados para o exercício dos cargos de assessor de imprensa, que tomamos a iniciativa de apresentar o presente plano de lei, para o qual contamos com o indispensável apoio dos Nobres Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez continua a luta dos farmacêuticos, estudantes e profissionais para manterem a sua profissão histórica e evitarem a pulverização profissional que estava, intencionalmente, a partir do Executivo e do Ministério da Educação, para acontecer.

Mas a redação da Lei 6686 de 11 de setembro de 1979, que dispõe sobre o exercício da análise clínico-laboratorial deverá ser alterada através de emenda do Projeto de Lei 6717 de 1982, do Deputado Federal Euclides Scalco. Esta emenda tramita no Senado e a grande mobilização vem sendo feita por profissionais

e estudantes de farmácia, e nos estamos hoje, nesta Tribuna, em nosso nome e do Deputado Fonseca, para apoiar essa mobilização que deve redundar na aprovação, pelo Senado, da emenda Scalco. Isto porque, na forma original, o Projeto 6686 vem macular e pulverizar essa profissão histórica que é a do farmacêutico.

Da mesma forma que tentam macular, igual procedimento tem sido feito para alterar o currículo mínimo de Agronomia, limitando com isso o exercício profissional e facilitando a pulverização, numa tentativa que qualifico como para facilitar a adoção de tecnologias estranhas, sem grandes contestações dos profissionais, que então estariam presos a um limite estrito de exercício profissional.

Fica aqui, portanto, registrado o nosso apoio a este movimento, e a certeza de que os Deputados Federais deram uma amostra de independência quando aprovaram por unanimidade esse projeto. Assim os Senadores irão levar em conta os reclamos não somente dos profissionais e dos estudantes, mas da sociedade brasileira como um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) No pequeno Expediente concedo a palavra a S.Ex.^a, o nobre deputado Adhail Sprenger Passos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - senhor presidente, senhores deputados.

Eu desejo analisar uma preocupação do deputado Luiz Alberto Oliveira, expressa da tribuna, nesta Casa, na última terça-feira, sobre uma diferença de preço na aquisição de carteiras escolares na Fundepar, e prestar a S.Ex.^a, a pedido da nossa liderança, mas usando este Pequeno Expediente, para dizer a S.Ex.^a que estou de posse das informações que o PMDB solicitou; que a bancada solicitou à Fundepar. É um documento extenso que evidentemente não vou poder ler da tribuna nesta oportunidade, mas que explica bem a razão pela qual após a compra de cada carteira por Cr\$8.500,00 sem licitação, ter a Fundepar adquirido a preço menor um certo lote de carteiras.

E isso foi em virtude da decisão judicial, que emana de um mandato de segurança impetrado por uma determinada firma, em concorrência estabelecida em 1982, no dia 13 de agosto. A decisão sobre esta concorrência foi dada no dia 1º de julho e aí foi determinado que a Fundepar adquirisse as carteiras, objeto da dita licitação.

Deveria haver um reajuste no preço, e o preço que era naquela ocasião bastante inferior, teve que ser reajustado e o foi aplicando-se os índices da Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, isto veio acarretar um determinado valor atualizado sobre o qual incidiu um desconto de 10%, ocorrendo então um preço inferior ao daquele relativo a compra sem licitação.

O documento é extenso, eu não vou alongar mas vou passar às mãos do nobre líder do PDS, nesta Casa.

Era só Sr. Presidente. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) No pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Caíto Quintana,

O SR. CAITO QUINTANA - senhor presidente, senhores deputados. Quando o trabalhador brasileiro chega ao supermercado, sente o aumento do preço do leite, do preço do pão, do preço dos gêneros alimentícios, tornando cada vez mais difícil a sobrevivência da sua família.

O salário mínimo brasileiro não condiz com a realidade do trabalhador para poder sequer sobreviver condignamente. No entanto, avizinha-se a ameaça da aprovação do Decreto Lei 2045 que reduz a 80% do INPC, já expurgado, o aumento do seu próprio salário.

Se analisarmos que o INPC é calculado sobre os doze meses anteriores para o reajuste do salário, e se os índices de acidentalidade são excluídos do INPC, ele já não é verdadeiro, e sobre um INPC defasado, expurgado, tenta o governo rotular em

80% o aumento do trabalhador.

Não interessa à classe trabalhadora, não interessa ao povo sofrido desta Nação, não interessa sequer ao empregador, porque diminuindo o salário do trabalhador, conseqüentemente, vai se diminuir o seu poder de compra, refletindo uma reação em cadeia, que irá terminar na indústria, que irá fabricar menos, porque vende menos, e conseqüentemente, aumentar o desemprego em nossa Nação.

Quando dias atrás, nós víamos, nesta Casa, a bancada do PDS criticar os 35% dado pelo Governo do Estado do Paraná no aumento ao funcionário público. E dizia a Bancada do PDS que os 35% não iriam repor a defasagem do ordenado do trabalhador paranaense, do serviço público. Nós esperamos desta um posicionamento contrário à aprovação do Decreto 2045, porque, se os 35% dados na semestralidade ao trabalhador público do Paraná não repõe os salários nos índices verdadeiros, 80% do INPC, não dará ao trabalhador brasileiro a condição de sobrevivência.

Queremos conclamar, portanto, às bancadas representantes nesta Casa, que unidas com segmentos da sociedade, cerrem fileiras em defesa da classe trabalhadora nacional que se sente ameaçada de ver seu salário já minguado, minguar-se mais ainda na redução proposta pelo decreto 2045.

Se o Governo Nacional pretende recompensar ao empregador, se pretende dar mais fôlego às indústrias dessa terra, deveria então reduzir a já elevada carga tributária que pesa sobre as indústrias e comerciantes, e não sacrificar um vez mais a classe que trabalha e que produz as riquezas que essa Nação necessita; porque o trabalhador nacional, esse homem sacrificado que corresponde a todos os pedidos da Nação brasileira, aquele que na verdade trabalha a máquina que produz aquilo que necessita esta Nação, para, através da exportação, conseguir os dólares que precisa para o equilíbrio da sua balança de pagamentos, não pode pagar, uma vez mais, os descabidos da política econômica adotada pelo Ministro Delfim Netto, e ver na redução do seu salário, o peso maior para a tentativa de mistificar nesta Nação, de que é o salário que inflaciona, quando na verdade o trabalhador brasileiro não suporta mais.

Muito obrigado, senhor presidente. *(Sem revisão do orador).*

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra a S.Ex.^a o nobre deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - senhor presidente, nobres senhores deputados.

Ocupamos a tribuna na tarde de hoje, inicialmente para, de público, manifestar a nossa solidariedade ao movimento e às reivindicações que se processam no Paraná, em todo o Brasil, pelos estudantes e profissionais de Farmácia e Bioquímica.

Esta nossa solidariedade, esta preocupação, já tivemos oportunidades de conferir através de correspondências, através de expedientes por nós remetidos à Comissão de Saúde, à Parlamentares na esfera federal. Entendemos ser mais justa, ser mais coerente, ser mais honesta e séria antes de mais nada, a reivindicação e o posicionismo desta laboriosa classe que é da Farmácia e Bioquímica.

Pela vez terceira ocupamos a tribuna para dizer da discriminação que se processa no Brasil, por parte da CFP, em relação ao Paraná. Duas outras vezes já estivemos aqui dizendo da luta dos paranaenses não só de nosso partido, mas de todos os partidos, integrantes dos órgãos de representação das classes trabalhadoras, dos empregados e patrões, da Ocepar, dos agrônomos, dos veterinários, da Comissão de Agricultura desta Assembléia e da Secretaria da Agricultura. Da luta, do trabalho que estamos desenvolvendo, para que a CFP se sensibilizasse e atendessem aos reclamos da suinocultura, da bovinocultura e da avicultura paranaense.

Nesta semana ainda, mais precisamente na segunda-feira,

um grupo de avicultores de Nova Esperança dirigiu-se à Capital e postou-se na CFP, posteriormente na FAEP reivindicando a liberação de estoques de milho.

Estas reivindicações foram por nós e pelos demais Parlamentares integrantes da Comissão Permanente de Agricultura do Estado do Paraná, levados já no mês de maio a Brasília, e transmitidas ao Ministro da Agricultura.

Posteriormente, em junho, esta mesma Comissão Permanente de Agricultura, desta feita com a presença do ilustre Governador do Paraná, José Richa, também formulava esta reivindicação: que o milho estocado no Estado do Paraná fosse aqui deixado e fosse distribuído às cooperativas e às associações de produtores, para suprir as deficiências e necessidade que se fazia presente naquele momento.

Qual a nossa surpresa, a nossa decepção, quando vemos a CFP, ao invés de liberar este milho aqui no Paraná, continua a exportá-lo? Na semana passada foram exportados 44 mil toneladas de milho paranaense. Hoje estão saindo mais 53 mil toneladas. Enquanto isto, as aves e os suínos estão a passar fome, muitos deles até a morrer por falta de alimentação.

Se não bastasse isto, enquanto todo o Paraná brigava para adquirir o feijão destinado ao consumo, esta certo, mas que poderia ser utilizado como semente, a CFP dificultava esta liberação, enquanto isto lá na nossa cidade, Ivaiporã, milhares de toneladas de feijão e milhares de toneladas de milho, eram transportadas para o Nordeste, para Goiás e para a Bahia, deixando mais uma vez o povo paranaense e a agropecuária paranaense, à mercê de homens que não entendem do setor; à mercê de homens que só pensam nos interesses próprios e não pensam nos interesses da classe trabalhadora, da agricultura e da pecuária paranaense.

Só temos a lastimar, mais uma vez a discriminação que a CFP faz com o Paraná.

Era só senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao nobre deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"O aumento vertiginoso dos índices de violência em nosso Estado, atualmente superam qualquer expectativa. Já não referimos aqui à violência sobre o patrimônio, pois essa por incrível que possa parecer, já está institucionalizada; para sermos vítimas dela, basta estarmos num supermercado.

Refiro-me à violência física e psicológica, com que somos diariamente obrigados a conviver; refiro-me aqui à justificável apreensão que toma conta de todo o cidadão paranaense, que ao sair para o seu dia de trabalho, ignora se de noite voltará ao lar, ou se ao regressar encontrará todos os seus familiares íntegros fisicamente.

Tal clima de insegurança, que é generalizado, não poderia deixar de se fazer sentir também na região de Campo Mourão. Efetivamente, esta região vem atravessando um período particularmente difícil no respeitante à segurança policial e à pouca seriedade que vem-se dando ao assunto. Em decorrência de toda esta conjuntura, a criminalidade impera desenfreada, e os seus responsáveis circulam impunes ante a polícia impotente para atender a todas as reivindicações.

Na sede do Município de Peabiru, a crescente progressão de desajustamentos sociais, vem estimulando atos de vandalismo, roubos e toda sorte de agressões, lesando a segurança e a tranquilidade da comunidade; esta situação causa sérios prejuízos à integridade e ao patrimônio da população, colocando-a em pânico e desespero, diante da inoperância da polícia local. Também o uso abusivo dos psicotrópicos é praticado sem qualquer tipo de repressão de vários pontos da cidade, colocando em risco a conduta dos jovens.

Para que se tenha uma idéia de quão mal aparelhada

estão nossas delegacias no interior, basta lembrar que em algumas cidades até há bem pouco tempo atrás, a polícia precisava usar carros particulares com o objetivo de atender as ocorrências para as quais era solicitada.

Diante de tais fatos, há necessidade efetiva de se reformular toda a política de ação no tocante à segurança pública, com objetivo de refrear o clima de insegurança reinante. Esse objetivo, só o alcançaremos através da ampliação dos quadros policiais, que por sua vez só será atingido com a criação de estímulos profissionais.

Também uma medida imprescindível a ser tomada, seria o reequipamento e rearmamento das delegacias que atendem os municípios, colocando-lhes à disposição meios mais eficazes de prevenção da criminalidade.

Somente deste modo, e a curto prazo conseguiremos deter o avanço delituoso, desenvolvendo ao seio da comunidade paranaense a tranquilidade e o sossego merecidos.

Muito Obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre deputado Osvaldo Alencar Furtado. (Ausente)

Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao senhor deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - senhor presidente, senhores deputados.

Em primeiro lugar, queremos dar ciência a esta Casa de uma carta dirigida à autoridade e a população, pelo movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná. (Lê):

" CARTA ÀS AUTORIDADES E À POPULAÇÃO

Nós, membros do Mastro, sentimos a necessidade de dirigir esta carta a todas as autoridades e à população em geral.

Como é a semana da pátria, queremos dizer que demos início a uma luta, luta esta que não se resume em querer um pedaço de terra para trabalhar e sustentar nossas famílias, mas também uma luta para que se mude a política agrícola e fundiária implantada em nosso País, fator principal que causa o êxodo rural, que ainda caminha a passos largos, causando sérios problemas tão visíveis aos olhos de todos.

O MASTRO nasceu da necessidade, erguendo a bandeira da reforma agrária, que na voz do hino da classe roceira, foi astreada pelo povo sem terra da região. Diante desta crise que ninguém mais consegue esconder, nós oferecemos uma das soluções: Distribuir todas as terras improdutivas existentes para todos os que nelas querem trabalhar, assim aumentará o alimento e diminuirá o desemprego. Também uma urgente mudança na política agrícola para que o ânimo de trabalhar volte ao trabalhador, pois não anima trabalhar sem nada receber em troca.

Nós trabalhadores membros do MASTRO somos um povo altamente maduro, sabemos o que queremos e o que fazer daquilo que queremos, o que nos falta é oportunidades para provar isto.

Sabemos que somos vítimas de todo um sistema implantado, que está aí para beneficiar uns poucos que vivem às custas de uma grande massa que já não aguenta mais o peso dessa escravidão em que vive.

Não queremos esmolas, nem favores, apenas queremos nossos direitos, dizer que NÃO EXISTE TERRA, para nós é uma mentira, e dizer que não EXISTEM RECURSOS é outra mentira.

Queremos uma sociedade diferente do que esta que está aí, que coloque o HOMEM em primeiro lugar e não o LUCRO como vem acontecendo. Se existe tantos males em nossa sociedade, se há, é porque foram provocados por pessoas irresponsáveis que não leva em conta o HOMEM.

Ao longo de tantos anos, os dirigentes desta Nação não têm sequer consultado os TRABALHADORES com suas aspira-

Nós não podemos entender como poucas pessoas conseguem manipular milhares e milhares de trabalhadores construindo suas obras faraônicas que trazem mais tensão social do que benefícios para a comunidade. Não entendemos a ignorância das autoridades vendo tanta terra não aproveitada aqui no Estado, e fazem de tudo para levar as pessoas sem terra para o Norte do Brasil, longe das cidades em projetos sem a infra-estrutura e com um custo mais elevado. São tantas as explicações que nós devemos e nem sequer recebemos satisfações.

Nós membros do MASTRO queremos fazer um apelo a todos os trabalhadores. Vamos nos unir, venham lutar conosco, vamos exigir nossos direitos, assim não dá mais para continuar. Queremos prestar todo o apoio ao Governador do Estado, senhor José Richa, pela composição de seus Secretariado. Vemos neles pessoas que enxergam os problemas do povo. Esperamos um engajamento sempre maior em benefício do povo.

Queremos destacar o Secretário da Agricultura, o Dr. Claus Germer, que vem desempenhando um trabalho voltado ao interesse do HOMEM DO CAMPO. Queremos apoiar o Secretário da Agricultura as denúncias que tem feito na imprensa sobre os projetos da colonização do INCRA no Norte do País. Queremos reforçar as denúncias, pois uma comissão do MASTRO também esteve lá e constatou o abandono que foi deixado o pessoal levado de ITAIPU para o Acre, vivendo com a precária assistência, onde já morreram dezenas de pessoas. Por este motivo,

segundo o Bispo do Acre, Dom Moacir Greek, um médico de um dos hospitais lhe falou: O projeto Pedro Peixoto é um verdadeiro açougue de paranaenses. É duro ouvir uma expressão dessas, sabendo que se fez mil promessas para este pessoal antes de ser levado para lá, pessoas do INCRA, de lá lhe disseram que o que foi prometido para o pessoal da área de ITAIPU que lá está, era apenas uma lenda. As poucas famílias que aceitaram ser levadas para o "Projeto Juma" no Amazonas, fazemos votos que se dêem bem, sabemos que foram não tanto porque queriam mas porque a situação os obrigou. Nós não abrimos mão de nossas reivindicações e se as autoridades competentes não tomarem medidas que venham ao encontro de nossas reivindicações a curto e médio prazo, o MASTRO, que é uma realidade representando milhares de famílias, que é base de todo o movimento e com uma forte liderança vai tomar as medidas cabíveis que já estão sendo estudadas nas bases pela demora ao atendimento de nossos pedidos, e que não seja surpresa para ninguém se houver certas atitudes do movimento, pois achamos que a demora está sendo demais, a paciência de todos lá está quase que esgotada. Não podemos aceitar que haja tanta terra abandonada, terra boa não plantada, tanta terra em poucas mãos.

NOSSA RAIZ ESTÁ NA TERRA

NOSSA FORÇA NA UNIÃO."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto a ocupar esta tribuna para denunciar aos Anais da Casa, o grau e o tipo de violência que este sistema unilateral de arbítrios pratica contra a Pátria, contra a Nação e contra a História do povo brasileiro, elucidando a denúncia, com um quadro dos mais tristes e revoltantes, por mim vivido nas tribunas forenses, e por mim testemunhado junto às respectivas vítimas.

É O QUADRO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO PARANÁ!

E entendo-me cheio de legitimidade para acusar o sistema; para cobrar providências do Governador do Estado, e até para dizer que, quando as instituições da República apodrecem, atacadas pela ganância de uns, e pela covardia de outros, em cujo embate de devorações econômicas sustentadas pelo Governo do País, resulta a população trabalhadora como vítima, a ação revolucionária ser legítima nos próprios conceitos político-sociais que definem a Pátria; nos próprios princípios jurídicos que definem a Nação como ente ideológico dotado de dignidade coleti-

va e de respeitabilidade; e nas próprias doutrinas culturais, científicas, antropológicas, religiosas e éticas que delimitam dentro do contexto universal da HISTÓRIA HUMANA, a história de um povo. Não que desta tribuna eu concite o povo à ação armada; e nem prego a solução deste conflito, pelo confronto decisivo. Tanto porque, esse legado histórico do povo brasileiro tem como marca nacional a maturidade política e o equilíbrio regional da Nação, quanto porque, neste Estado, o povo paranaense já esmagou pelo voto, o golpe militarista que pretendia ser absolvido nas urnas, depois de 19 anos de agressões e de vilipêndios. Advirto entretanto, que a paciência da Nação está nos seus limites máximos, e que o exercício do bom senso já está esgotando os últimos recursos de racionalidade que a inteligência humana nos oferece para o processo de defesa, de fortalecimento e de preservação da PAZ. E tal advertência não me parece privativa dos políticos, ou sensibilidade e visão de agentes governamentais que se dedicam à informação mais profunda e ao domínio da dinâmica social, porque ela é mais do que óbvia diante do quadro fático que está aí aos olhos, à consciência e à avaliação do mundo. Quadro esse, aprovado como eventualidade muito próxima, se o avaliarmos pela dureza de entendimento, pela persistência de conduta, pela manutenção de posição e pela intransigência com as propostas na Nação para legalizar a AUTORIDADE DE GOVERNO como saída harmoniosa do impasse revolucionário, que os comandos militares no Governo, sustentam. Porque a HISTÓRIA da nossa civilização nos diz que os grandes eventos revolucionários ocorridos no seio dos povos, sempre foram precedidos do empedernimento da sensibilidade e da inteligência dos governantes, quando a descrença popular encontrava na corrupção do governo, a razão do ceticismo nacional; no apodrecimento das instituições do Estado, a descrença na ação pacífica, e na miséria e na fome, a motivação derradeira para o confronto de mudança ou morte.

Pois bem, senhor presidente, senhores deputados, o QUADRO DOS AGRICULTORES SEM TERRA DO PARANÁ, se insere dentro do contexto político teórico que encontra ajuste comparativo nos precedentes e nas lições da HISTÓRIA, e por isso, não estou tergiversando sobre as hipóteses mas, com a sinceridade pela qual sempre pautei a minha conduta de advogado, e hoje, de homem público, aponto para uma nação que está cautelarmente trabalhada para uma catástrofe revolucionária, em todas as suas áreas de composição como POVO.

E, para ficar na singularidade exemplificatória, aponto para a deformação total do nosso sistema agrícola, com vistas a BENEFICIAR A EXPLORAÇÃO DOS CARTÉIS MULTINACIONAIS QUE ATUAM AQUI, NESTA ÁREA, COM INSUMOS, VENENOS e ESSE INSTRUMENTAL TODO CHAMADO DE "INDUSTRIALIZAÇÃO AGRÍCOLA", o qual, o "Plano de Ação" do Governador José Richa denomina de "desenvolvimento perverso". Nessa linha de atuação divorciada da REALIDADE HUMANA BRASILEIRA mas, desassombrada pelos interesses dos que sempre nos exploram, os comandos militares de governo, procederam ao alagamento de extensas áreas rurais neste Estado, contando com a submissão comprometida de governadores passados, onde se encontravam os minifúndios e pequenos proprietários rurais responsáveis pela produção de alimentos, e de onde retiraram esses contingentes mais expressivos da atividade agrícola, para projetos de colonizações idealizados pelo INCRA, em plena selva amazônica, sobre cujos, temos aqui o depoimento do senhor Secretário da Agricultura, Dr. Claus Germer, denunciando que viu e sentiu no local a situação de miséria, de doenças e de abandono total em que estão 400 famílias de paranaenses que foram levadas da área de ITAIPU, pelo INCRA, para o "Projeto Pedro Aleixo", no Amazonas, onde estão morrendo em situação pior do que morriam nos campos de concentração nazistas os inimigos do nazismo alemão. E sabemos que dezenas dessas arapucas publicitárias estão espalhadas desde o Mato Grosso do Norte até Roraima, Acre e

Rio Branco. Nesses campos de concentração rurais, o descaso dos seus idealizadores pela solidariedade humana que busca as pessoas através de todos os meios de aproximações, desdenhou até mesmo da sua própria dignidade perversa, ao condenar padres, massacrar em investidas armadas, os sem terra e responsabilizar a ação acauteladora da Igreja, como conduta considerável pensando que o crime de produzir alimentos neste país, estaria convenientemente confinado pela malária e pelas muralhas opostas aos agricultores ali confinados, que só têm probabilidade:

A DE MORRER EM CURTO TEMPO. Isto é, antes que a SOLIDARIEDADE HUMANA MUNDIAL os descubra, do outro lado da selva, ou seja, do lado dos que nasceram, segundo o "modelo agrário" imperante, SEM DIREITO DE EXISTIR!

E, para os que pensarem que estamos construindo uma fala parlamentar de efeitos, trago o próprio "Plano de Ação" do Governador José Richa, o qual denuncia a evacuação da área rural, para a área urbana do Estado, dando como causa, o "modelo agrário" que os comandos militares de governo impuseram ao País, com o empenho de forjarem demonstrativos de desenvolvimento indexado à altas taxas de crescimento, abrindo assim, às oligarquias do poder e às aristocracias econômicas que se beneficiam por extensão, as estúpidas negociações internacionais, cujas finalidades, padrão moral de governo e interesses, as "POLONETAS" retratam com opulência desnecessária de detalhes.

Denuncia ainda, o "Plano de Ação", que esse modelo agrário é o responsável pelo desaparecimento de mais de 400.000 pequenas propriedades rurais deste Estado, cujas incorporações pelos, latifúndios criados pelo sistema, geram os contingentes de bóias-frias perambulantes de fazenda em fazenda, onde rastejam por uma marmita de comida azeda e alguns vales que trocam nos armazéns das fazendas, por trapos para cobrirem a nudez, numa rotina de escravidão que nunca acaba. E isto eu mesmo vi acontecer na Fazenda Padroeira, no Município de Matelândia, onde a "escravidão branca" atingiu a tais proporções de desumanidades que extrapolou do silêncio dos quartéis responsável pela submissão ditatorial no Oeste do Estado, os quais procederam até à incursões ali dentro, para minorar o sofrimento daqueles agricultores. Instalaram inquérito sobre essa escravidão branca, mas, como tudo nesse governo militar, desapareceu sem produzir os resultados que se esperavam em benefício dos agricultores.

Denuncia, o "Plano de Ação", que a vocação faraônica dos comandos governamentais, fez a população rural do Paraná, decrescer à taxa de 3,3% ao ano, enquanto provocou o aumento das concentrações urbanas à razão de 5,9% ao ano. Afirmando que além de terem desaparecido 16.000 estabelecimentos de pequenos produtores rurais, desapareceram das atividades agrícolas, as formas de parcerias e arrendamentos. Acabando por mostrar que dos 5.700.000 produtores rurais, o Paraná tem hoje apenas 3.150.000, porquanto, 1.480.000 agricultores foram para as cidades, repontados pelas mais inconseqüentes propostas que a "genialidade econômica" do sistema passou a oferecer à população brasileira; 1.100.000 emigraram para outros Estados; e, 400.000 paranaense trabalhadores da terra, foram expurgados do solo pátrio, pelo "modelo agrário", para o Paraguai, onde promovem o desenvolvimento agrícola daquele país, cujo volume de produção passa pelos nossos olhos ao Porto de Exportações de Paranaguá.

E estas denúncias feitas pelo Governo do Estado, ressaltam das condições em que estão os agricultores do Paraná, sem merecerem nenhuma consideração de parte do Governo Federal. Pois, como estampam todos os jornais da Região Oeste, os despejos de agricultores continuam sendo feitos, sem qualquer preocupação com os fins sociais da terra. E o que surpreende, é o fato de constataremos que depois de todas estas ocorrências; depois de o Governador José Richa ter se inteirado pessoalmente da situação dos SEM TERRA e prometido-lhes solução para o seu problema existencial; e depois de sabermos que essa solu-

ção está ao pleno alcance e competência do Governo do Estado, nenhuma ação efetiva se constata.

Então, apelo para esta Casa, porque entendo que ela é a fonte e o alicerce de toda a AUTORIDADE DE GOVERNO do Estado, nos limites da sua subordinação republicana. Porque é aqui que se estabelece pela LEI, as estruturas do PODER DE COAÇÃO e de ADMINISTRAÇÃO, destinados à harmonização das evoluções materiais do povo paranaense. E por isso, entendo que a função de legislar implica antes a função de expurgar o campo legislativo, para cuja matéria temos esta Tribuna. Mas, seríamos intérpretes num picadeiro sem platéia, se essa Tribuna não tivesse a força de transformar em AÇÃO DE GOVERNO, as defesas populares que empreendemos. Principalmente na atual conjuntura política nacional, tem o PARLAMENTO BRASILEIRO, sem classificação de graus, o dever de desempenhar-se com desassombro pela tarefa de RECONSTRUÇÃO DA ORDEM INSTITUCIONAL DA REPÚBLICA. E este desassombro é a imposição de nossa soberania funcional como principais agentes da ORDEM DEMOCRÁTICA e sustentáculos da legalidade funcional do Governo. Porque como já afirmou Franco Montoro "NAÇÃO SEM PARLAMENTO É DITADURA". E então, é preciso que o PODER DE GOVERNO, como tem na LEI, feita por nós, a sua força, tenha também, nas causas populares que aqui advogamos, a sua expressão. Porque é preciso que o Governo tenha a sua característica fundamental, no RESPEITO DEVOTADO AO PARLAMENTO. Porque senão, a democracia perece. E Democratizar uma nação, é assentar sobre o HOMEM, todas as aspirações de governo. Porque o HOMEM é a sua unidade econômica; é a sua base política, e é o HOMEM, o limite mais confiável de segurança e de soberania. E HOMEM em sentido de definição nacional, compreende o ajustamento democrático às disponibilidades territoriais da Pátria, de onde deve partir qualquer planificação econômica honesta. Porque desenvolver um país, é desenvolver o ser humano que nele habita. E este desenvolvimento principia por uma mesa bem suprida, cuja responsabilidade de suprimento é dos agricultores; dos que trabalham a terra; onde reside então, o fundamento básico de uma ORDEM AGRÁRIA bem definida, onde a orientação de governo convence de que este mundo não é de ninguém particular, e por isso, a porção geográfica delimitante do território do Estado, deve ser usufruída como recurso natural de sobrevivência humana. De cujo conceito nasce a JUSTIÇA SOCIAL como preocupação maior do governo.

Por conseguinte, é indesculpável o Governador José Richa quando deixa que se processem contra os agricultores do Paraná, agressões como acabam de se verificar nas fazendas Padroeira, Três Pinheiros e Anoni, a pedido do próprio INCRA. São Agricultores assassinados; despejados sem qualquer consideração humana, sequer em relação às crianças, e por fim, levados pelo INCRA para os seus abatedouros naturais nos campos de concentrações do AMAZONAS, como se trabalhar a terra com o fim de sobrevivência própria e de produzir alimentos, se tivesse transformado em crime contra a humanidade, neste País.

E é oportuno também, para registrar a nossa censura aos advogados Antonio Vanderli Moreira e Alvaro Wendausen de Albuquerque, que, esquecendo-se da função social do advogado e da honra que este deve prestar ao DIREITO, descumpriram a palavra empenhada em acordo realizado com os agricultores da Fazenda Padroeira, fazendo-se protetores de jagunços e pistoleiros que executam operações criminosas contra os agricultores, desde queimando casas, até fazendo operações armadas contra os mesmos. Eis que, na situação de conturbação do regime, os advogados são os primeiros agentes da legalidade; aliás, o dever de zelo pela JUSTIÇA, não a induzindo às práticas desumanas, em benefício do locupletamento profissional à custa de sacrifícios humanos a serem suportados por todo um povo, é uma disposição estatutária que a ética profissional manda cumprir. Todavia, na questão fundiária paranaense, o INCRA encarre-

gado de promover a solução das incongruências dominiais aqui existentes, só empreende "desapropriações" em cima de interesses prévios que só fazem beneficiar a corporação da Autarquia, tentando confundir o antro de negociatas que é, pela simples troca de papéis dominiais, como se na côr, no estilo e na procedência dos títulos dominiais, residisse a QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA. E, nessa ordem de conduta, advogados optam pelos melhores lucros, e a JUSTIÇA segue a rotina, despejando famílias de trabalhadores, para cujas decisões, o Governo do Estado entra com a sua força policial, porque esta é a ORDEM JURÍDICA imperante sobre o ser humano que aqui nasceu. Nessa ordem de poder, a TERRA É CAPITAL, enquanto que o SER HUMANO não tem definição nenhuma como coisa aproveitável na filosofia de governo imperante. Então, é compreensível a descrença popular bem traduzida nas palavras do agricultor Benedito Crispim da Costa:

"Os sem terra acusam o Governo de se manter inerte ante a gravidade da situação; acusam a União por manter uma política de concentração de terras, afim de garantir a mecanização rural, e não acelera a reforma agrária; ao Estado do Paraná, por ter o atual Governo pregado em campanha a solução para o problema e até agora nada ter resolvido; à Justiça, porque dá cobertura a ladrões, jagunços e latifundiários que, amparados nela, usam de toda a violência contra nós, agricultores".

E essa descrença é deplorável, porque prenuncia dias imprevisíveis. Pois, quando os engenheiros da ORDEM JURÍDICA, que são os advogados, se prestam para fabricarem episódios que repercutem com incontornáveis causas emocionais e consequências intoleráveis, no seio de todo um povo, não há coesão governamental que resista à desintegração do regime, porque o sentimento de mudança a qualquer custo se transforma em questão de consciência humana; porque é a espécie que está sendo ameaçada por conceitos capitalistas que desatendem o contexto biológico.

É bem verdade, que a Justiça não cabe equacionar a questão fundiária do Estado, mas, cabe ao Governo empreender uma política agrícola que defenda as suas promessas em campanha; a nossa doutrina política e as nossas propostas partidárias, porque foi confiando nelas que o povo paranaense entregou nas nossas mãos, o seu destino histórico.

Por sua vez, os comandos governamentais chegaram a elaborar um Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504 de 30.11.64, que se constitui num razoável diploma legal para um plano de reforma agrária acomodador da nossa expansão demográfica. Porém, essa lei, não mereceu execução pelo INCRA, a não ser em episódios privativos entre posseiros e funcionários da Autarquia, onde as negociatas degeneravam para as soluções judiciais, em cujas incidências, fui advogado de um agricultor, numa ação de reintegração de posse que o INCRA promoveu contra um agricultor, porque este recusou-se a entregar um valor extra título, que pessoas da Autarquia lhe exigiram. E fora isso, o INCRA é promotor dos interesses multinacionais que vilipendiaram sempre a agricultura brasileira, temerosos desses mais de 280.000.000 (duzentos e oitenta milhões) de hectares de terras agricultáveis SEM GENTE, que o Brasil possui. Além de ser o INCRA, pela forma que se constitui e atua, o MAIOR LATIFUNDIO da história humana, não se comparando nem ao feudalismo da Idade Média.

Não sou contra a industrialização agrícola destinada ao atendimento do Parque fabril de transformações e dos mercados externos, obediente a um plano integrado de desenvolvimento nacional nem sou contra as grandes propriedades agrícolas ocupadas por essa produção industrial. Pois, como todas as coisas desta existência, a ECONOMIA DE UM POVO obedece também, uma gradação hierárquica que tem na livre iniciativa e na capacidade de trabalho individual, o respeito doutrinário que ordena as atividades para as equações de raciocínios ideológicos. Marco sim, posição radical e intransigente, contra os latifúndios

improdutivos que têm na especulação imobiliária, a sua base de enriquecimento particular, e por isso, se apoderam das terras, para terem garantias reais de créditos, e nas respectivas valorizações, uma fortuna certa, em detrimento de todo um esforço econômico nacional. Pois estes elementos são parasitas da vida, que passam pelo mundo como uma peste. Os proprietários das fazendas, Padroeira, Três Pinheiros e Anoni, de onde estão sendo despejados os agricultores que trabalham a terra, são EXPOENTES MÁXIMOS DESTAS AFIRMAÇÕES. Pois, o Sr. Pedro Minoli, sequer brasileiro é, e por isso tem suas terras em nome de terceiros, inclusive de pessoas que têm compromissos com governos passados.

Exemplo vibrante da peste que são estes parasitas, é o nordeste brasileiro; outrora sendo terras férteis e hoje, transformado em deserto. No mesmo caminho está o Paraná, porquanto já se tem denunciado nesta Casa, o avanço da erosão destruindo as nossas terras, cujas nascem de um sistema agrário mal formado que tem no latifúndio mecanizado, o qual não se confunde com a lavoura industrializada, o seu vertedouro. Eis que, a divisão da terra em pequenas propriedades é o único plano capaz de resolver a "vossoroca", porque não se concebe que o Governo possa ter melhores interesses pelas propriedades, do que o próprio proprietário; e nem poderia intervir nelas, por impedimentos legais. De forma que a terra deve ser ajustada à força de trabalho e de conservação do HOMEM, e não aos interesses irreais e expúrios de um sistema de governo que pautou pela CORRUPÇÃO e pela degeneração dos seus efetivos, em todos os seus planos de ação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, finalizo rogando a vossa compreensão pela contundência deste pronunciamento, visto que nem todos aqui estão imbuídos da mesma causa. Todavia, como advogado, tenho a cautela de me manifestar sobre PROVAS que bem alicerçam a minha ação. E por isso, tenham a certeza de que não declinarei do dever de, nesta causa dos AGRICULTORES SEM TERRA DO PARANÁ, trazermos aqui, todas as negociatas responsáveis por esse problema social, nominando os respectivos envolvidos. Assumo portanto, uma posição com a determinação inabalável de alcançar resultados satisfatórios, mesmo que a luta se prolongue, e mesmo que se estenda à situações melindrosas. Pois, tenho de prestar contas do meu mandato, ao POVO DO PARANÁ que confiou no MEU PARTIDO e elegeu o Governo deste Estado.

Muito Obrigado.

O Sr. Paulo Furiatti — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Apenas parabeno Vossa Excelência, por esse pronunciamento, dizendo que resta ao INCRA, além de praticar esta política anti-humana, mandar telex e telegramas de censura àqueles que verificam a má qualidade do trabalho, a má qualidade do serviço, a má execução do Estatuto da Terra que tem no seu bojo algumas soluções, não todas, mas para o grave momento que se apresenta.

Parabeno Vossa Excelência, por este pronunciamento vigoroso e muito profundo a respeito da realidade nacional. Obrigado.

O SR. ANTÔNIO FONSECA — Concedo aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — O Deputado Paulo Furiatti parabeno Vossa Excelência o que nós queremos somar em nome da bancada do PMDB. O pronunciamento de Vossa Excelência, é sério e contundente, mas acima de tudo, vem neste momento em que o desemprego bate às portas dos trabalhadores, principalmente o homem do campo que sai do campo para vir à cidade, aqui, passar necessidades.

Vossa Excelência está de parabéns pois é oportuníssimo o seu pronunciamento. A nossa bancada o parabeno por esse brilhante pronunciamento.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Muito obrigado. Muito

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado. Com a palavra o Nobre Deputado Fiori Luiz, por quinze minutos.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os estudantes de Farmácia que aqui estão, evidentemente merecem o nosso apoio, nessa luta pela aprovação da emenda do Deputado Euclides Scalco ao Projeto 6717, que será apreciado pelo Senado Federal.

"A hora de lutar é agora." Já dizia Vitor Hara.

Em quase cinco anos nesta Casa, eu nunca abordei este assunto, mas hoje falo como Presidente da Comissão de Segurança Pública, acredito também, em nome dos membros da Comissão de Segurança desta Casa. Porque entendemos que alguém precisa reagir. E é o que vamos fazer sem aquele falso moralismo dos que sentam no primeiro banco da igreja.

Analisamos a proposta que os Secretários Estaduais de Segurança Pública fizeram ao Ministro da Justiça com relação à legalização do jogo do bicho. Eu acho que os estudos devem ser profundos, abrangentes e defendo desta tribuna, inclusive, a estadualização do jogo do bicho. A simples legalização dessa contravenção penal, não irá solucionar definitivamente os problemas, mas vai favorecer somente ao Governo Federal que irá mais uma vez, a exemplo da Loteria Exportiva, da Loto e da Loteria FEDERAL, concentrar a arrecadação feita em todos os Estados brasileiros.

O Governo do Paraná deveria encampar a idéia da estadualização do jogo do bicho, onde seria feita a distribuição dos prêmios e a aplicação dos recursos destinados ao Estado, em obras de assistência social e comunitária. No Ceará, o Governo cearense fez um acordo com os banqueiros, e uma percentagem da arrecadação do jogo do bicho do Estado fica com o Governo, que por sua vez aplica em assistência social.

A Corrupção provocada pelo "bicho" é mínima, é pequena se nós a comparamos com as grandes corrupções verificadas neste País, hoje mergulhado no lodo fétido da corrupção já institucionalizada pelo regime militar nesta Nação. E há setores mais urgentes que precisam ser reparados no campo da segurança; há um alto índice de homicídios, arrombamentos, furtos e roubos de veículos. O que nós precisamos é que os Estados disciplinem o jogo do bicho, ficando com parte da arrecadação para aplicação em programas básicos de assistência social, beneficiando também as Prefeituras Municipais que estão num verdadeiro estado de falência.

Vejam os fenômenos das loterias neste País. A loteria esportiva arrecada só no Estado do Paraná, mais de 180 milhões de cruzeiros, por semana, enquanto que a Loto arrecada 400 milhões de cruzeiros por semana. E quase sempre esses recursos são destinados a outros estados brasileiros; e a simples legalização do "bicho" levará ainda mais os recursos do Estado para o Governo Central.

Mas esse dado, fazendo uma matemática rápida e o que a Loteria Esportiva arrecada por mês, no Estado do Paraná, segundo a Caixa Econômica Federal, são 720 milhões de cruzeiros ao mês; oito bilhões, 640 milhões de cruzeiros ao ano.

E a Loto? A Loto leva do Paraná, um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros por mês; 19 bilhões e 200 milhões, por ano. Volta e meia, aparece um sitiante de Astorga ganhando um "bi", mas isso é de dez em dez anos. Não há o retorno.

O "jogo do bicho" é uma instituição genuinamente nacional, aliás, um dos poucos setores em que o capital estrangeiro ainda não lançou os seus tentáculos gulosos. Está no sangue de todos os brasileiros como o carnaval, a cachaça, o futebol. Milhares de famílias vivem às custas dessa prática, como "bicheiros".

E faria outra indagação. Desconheço que exista neste País de entreguismos e corrupção, de governo de ditadura militar, uma outra coisa mais séria que o jogo do bicho, mais honesta que

o jogo do bicho. Se alguém souber, por favor me auxilie, porque eu não conheço nada mais sério neste País do que o jogo do bicho. Não sou de fazer apostas, mas pelo que a gente vê, em todas as bancas da cidade, esquinas ou bares, com um simples papelinho onde consta uma simples anotação, o cidadão vai lá e se ganhou recebe. Enquanto que muitos perderam dinheiro nos escândalos financeiros, com promissória assinada, duplicata assinada, dinheiro aplicado em "Open" em "Ower", em poupança. Então eu não vejo nada mais sério do que o "jogo do bicho", neste País falido, social e economicamente.

O que é preciso acabar, é com esse falso moralismo. É contravenção? É claro, sabemos que sim. Pelo Código Penal é contravenção. Mas, o que é pior? A contravenção do "jogo do bicho" ou a mudança do cardápio dos nossos irmãos nordestinos, que estão a comer ratos, lagartixas e cobras? O que é pior?

Esta contravenção, ou o escândalo da "Delfim", BNH, da Capemi, da Colobrastel das "Polonetas" ou do famigerado atentado do Rio-Centro?

O que é mais vergonhoso para o País? Sabemos que o FMI que já tutelou esta Nação no campo social, econômico e político e hoje as ordens são ditadas da Casa Branca. Mudamos de dono, gritamos a independência contra os portugueses e caímos nas mãos dos americanos. Isto aqui é um fundo de quintal, ninguém desconhece que é uma Colônia.

O que é mais vergonhoso, mais sujo, mais imoral do que esse compromisso com o FMI, essa Carta de intenções que humilha esta Nação, que roubou a identidade nacional?

O "bicho" é uma realidade nacional, há que se conviver com ele. Mas o que não podemos aceitar é a legalização através do Governo Federal. Seria mais uma veia a ser sugada do braço deste Estado, levando já os mínguos recursos centralizados pelo Governo Federal. Seria descapitalizar ainda mais este Estado e os nossos Municípios, que hoje vivem numa condição pré-falimentar de absoluta e concreta falência, todos eles.

Chega de levar os recursos deste Estado. Basta a Loto, a Loteria Esportiva e a Loteria Federal, a Taxa Rodoviária Única e os tantos outros impostos, cujos retornos são mínimos. Legalizar o "bicho" é admitir a descapitalização ainda maior. O grosso a parte do "leão" desta arrecadação iria para Brasília. E o retorno? Quem é que sabe explicar a destinação dos recursos da Loto da Loteria Esportiva e da Loteria Federal, taxa da Caixa Econômica, clubes e Federações de Futebol, Ministério da Educação e Cultura, Previdência e Assistência Social, Imposto de Renda, 31 por cento de prêmios? Onde é que está sendo aplicada essa grana? Quem está "mamando" nesta "tetona" gorda da Loteria e da Loto?

O que o Governo Federal está tentando encontrar, é mais um meio de sugar as parcas finanças do Estado e dos nossos municípios. A legalização do "jogo do bicho" só interessa aos homens do Governo Federal. Seria mais uma via de mão única sem volta. Ou municipalizamos ou estadualizamos sem falsos moralismos, caso contrário, o Paraná vai perder ainda mais. Por isso, estamos encaminhando requerimento ao Governador José Richa e ao Secretário da Segurança do Estado, para que analisem com cuidado essa proposta dos Secretários de Segurança, exceção a Dirceu Cardoso, Secretário de Segurança do Estado do Espírito Santo, que foi contrário, em defesa talvez dos interesses do Estado e também propôs estadualização, mas me parece que o nosso Secretário de Segurança também acabou sendo envolvido pelo clima e a proposta está nas mãos do ... é Ministro da Justiça, não é? Se é que podemos assim chamar, Ibraim Abi Ackel.

Então, encaminhamos esse requerimento ao Governador.

Aí poderão dizer: mas e a corrupção gerada pelo "jogo do bicho"?

Eu volto a repetir que é mínima diante da grossa corrupção que parte do Palácio do Planalto e dos Ministérios, e vem descendo como os pequenos rios que se encontram no mar. É evidente que existe a "caixinha" para a polícia. Quem desco-

nhece isso? Parte do salário é coberto pela "caixinha" do jogo do bicho, mas aí já é outro problema. É problema da fiscalização, é problema de se pagar melhor os policiais, porque um agente de polícia ganha uma faixa de sessenta a setenta mil cruzeiros por mês. O jogo do bicho, na verdade, é que sustenta a estrutura policial, mas a legalização, via Governo Federal, vai criar um problema ainda mais grave, porque à medida que você retira este complemento do míngua do salário do policial, ao retirar a "caixinha", ele terá que cobrir de uma forma ou de outra, com outros meios, porque a instituição, infelizmente, é falida, como todas as instituições neste País, a partir deste governo ilegítimo e imoral que assumiu o Poder no Golpe Militar de 64.

Então, era isso Senhor Presidente. Já encaminhamos à Mesa este requerimento, solicitando que o Governador José Richa, deixe de lado os moralismos e defenda o Paraná, numa postura paranaense, com relação ao problema da estadualização do jogo do bicho.

Era isso, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).
O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso dos quinze minutos que restam.
O SR. JOSÉ ANTONIO FONSECA — No restante do horário, o Nobre Deputado Sabino Campos.
O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra o nobre Deputado Sabino Campos, por quinze minutos.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Falaremos hoje sobre um assunto já abordado em outras vezes neste Plenário, pois, achamos de muita importância. (Lê): Ao entrar num supermercado da região metropolitana de Curitiba um desavisado observador interiorano certamente terá uma surpresa: encontrará o leite racionado, ou simplesmente não o encontrará. Surpresa maior ele terá quando for comprar o produto em estabelecimentos comerciais menores, como as panificadoras, e constatar que para adquirir um litro de leite, será obrigado a comprar também outros produtos.

Sem dúvida, esta é uma situação estranha não apenas para o desavisado comprador, mas também para todos aqueles que sabem ser o Paraná, o 4.º produtor nacional de leite, com cerca de 8 por cento da produção brasileira.

Porque então falta leite em determinadas regiões do Estado, inclusive na região de Curitiba?

Segundo a Secretaria de Agricultura do Estado, verificou-se que apenas no período abril-junho deste ano, em relação ao mesmo período de 1982, a distribuição de leite na região de Curitiba diminuiu em 1,5 milhões de litros, o que significa uma queda de 7,8 por cento. Esta queda é atribuída ao período de entressafra que vivemos, ao péssimo desempenho da produção

nos últimos dois anos, e ao fato das Cooperativas não terem reidratado leite neste período, devido ao alto custo do produto em pó e à quase inexistência de estoques do mesmo.

De fato estes problemas influíram na crise de fornecimento do leite, mas para descobrirmos as raízes da crise do setor é necessário investigarmos em maior profundidade o funcionamento da Pecuária Leiteira em nosso estado.

Começamos pelo produtor.

O Paraná possui três bacias leiteiras. A região norte, com o rebanho baseado em animais de dupla aptidão, de leite, corte e

que teve sua produção decrescida de 68,07 por cento, para 52,34 por cento da produção estadual, no período de 1978/1982; a região sul, com rebanho especializado, apresentando índices de produtividade elevados por animal, e que no mesmo período aumentou sua participação de 27,07 por cento, para 35,14 por cento. Na região Oeste aparece uma nova bacia, com maioria dos animais de dupla aptidão, e que apresentou um salto de 4,86 por cento para 12,52 por cento, na produção paranaense.

Aqui já aparece parte das deformidades que apresenta a pecuária leiteira em nosso estado. Duas de nossas regiões, norte e oeste, possuem suas atividades baseadas na dupla aptidão dos animais com rendimentos baixos, sendo o leite apenas um fator de suplementação de rendas do produtor. E a responsabilidade por essa distorção não é do produtor. É evidente que ele não investirá num setor de rendimento duvidoso, e que apresenta inúmeras dificuldades e obstáculos. A começar pela própria tabela de preços da Secretaria de abastecimentos e preços, vinculada à SEPLAN. Segundo esta tabela, nos meses de junho, julho, agosto e setembro, época de entressafra, é calculada a média mensal de fornecimento de cada produtor. Esta média é a cota. No restante do ano, o leite entregue acima da cota é classificado como excedente. O destinado para fins industriais é classificado como leite industrial. A tabela, sem os novos reajustes, estipula o preço do leite cota em CR\$ 100,00; o excesso em CR\$ 77,00 e o Industrial em CR\$ 93,00.

Aqui começa os absurdos.

1) — ao leite indústria, utilizado na produção de derivados, como manteiga e iogurte, e que apresenta maior margem de lucro aos laticínios, é pago ao produtor apenas CR\$ 93,00;

2) — no período de safra, quando o produtor poderia se capitalizar com o aumento da produção, ao leite excedente da cota é pago apenas CR\$ 77,00;

3) — o próprio laticínio é quem estipula, para o volume entregue dentro da cota, se o leite será destinado para industrialização, e pago no valor de CR\$ 93,00, ou para empacotamento e distribuição, no valor de CR\$ 100,00. Os produtores ficam completamente amarrados aos interesses e manobras dos laticínios, pois praticamente não há fiscalização do Governo Federal.

Como resultado observamos uma situação peculiar em nossa pecuária leiteira: desestímulo no período de entressafra, devido à baixa produção, e desestímulo na safra devido à redução dos preços.

E para completar os transtornos, mesmo que existisse boas condições para o produtor investir, isso seria praticamente impossível pois desde 1977 não existe nenhum programa de crédito para o setor. Assim, fica compreensível porque não há um arraçamento do rebanho, otimização e aumento da produção.

Mas, os problemas não se encerram na produção. Na industrialização o Governo Federal centra sua prioridade na produção de derivados, que se destinam basicamente para o consumo das classes sociais de maior renda, em detrimento do empacotamento e distribuição, que beneficiaria diretamente a maioria de nosso povo. Na comercialização, observamos a ausência de um planejamento de distribuição racional do produto nas diversas regiões do estado, e a falta de um programa de armazenamento de leite em pó, utilizando os excedentes do período de safra para ser comercializado na entressafra, o que garantiria fornecimento regular durante todo o ano.

Estes são problemas que têm que ser enfrentados. Toda-

vía, o centro de estrangulamento da pecuária leiteira reside em outro ponto: o preço.

Hoje mesmo, o leite cota, ao preço de CR\$ 100,00, subtraindo o frete e o FUNRURAL, terá seu valor reduzido para cerca de CR\$ 80,00. Contabilizando os gastos com instalações, vacinas e rações veremos que a margem de lucro do produtor será extremamente reduzida. Se levarmos em conta que nos últimos sete meses os produtos específicos para a produção leiteira, como o farelo de soja e a penicilina subiram 120 e 150 por cento, temos que concordar com a reivindicação dos pecuaristas que desejam um reajuste de 75 por cento no preço do leite. Mas o aumento concedido pelo governo é de apenas 45 por cento, sendo 31 por cento a partir de amanhã e 9 por cento a partir de 16 de outubro. Sem dúvida, o novo preço não se constituirá num fator de estímulo à produção. Muito pelo contrário, a pecuária leiteira continuará a beira de um colapso total. O extermínio da pecuária leiteira já começa a se tornar realidade. O pecuarista envia o rebanho para abate. O Paraná, pelo segundo ano consecutivo apresenta decréscimo no volume comercializado de leite. A nível nacional acabamos de importar 10,5 mil toneladas de leite em pó, sangrando a nossa debilitada economia em 10 milhões de dólares.

Mas, no reverso da moeda temos o consumidor que, acossado pela alta do custo de vida, não deseja mais nenhum aumento, o que só viria a prejudicar a precária alimentação do brasileiro. Atualmente, 65 por cento do leite produzido no Brasil são consumidos por pessoas com renda acima de 4 salários mínimos, o que representa menos de 40 por cento da população. É justa, portanto, a revolta dos consumidores.

Como então, resolveremos este antagonismo entre o produtor e o consumidor?

Sem dúvida, a solução não será encontrada na cabeça dos burocratas da SEPLAN que procuram jogar a responsabilidade do problema sobre os ombros dos produtores, que pressionam por melhores preços. Tentam jogar os consumidores contra os pecuaristas. Procuram fugir de um problema que é de sua inteira responsabilidade. Afinal, este antagonismo só existe porque estamos sob o jogo de uma política econômica anti-popular e entreguista, geradora de uma inflação que, a continuar no ritmo dos últimos três meses, chegará a assustadora cifra de 240 por cento ao ano. Inflação que corrói os preços do produtor e assalta o bolso do consumidor.

Diante deste quadro só temos uma solução para eliminar o antagonismo: o subsídio. É o subsídio é viável. Conforme denúncia do jornal "Folha de São Paulo" bastaria que Brasília destinasse apenas um terço dos CR\$... 400 bilhões gastos para tapar o rombo do vergonhoso escândalo do Grupo Coroa/Brastel, para subsidiar toda a safra brasileira de leite. E é justificável, pois é um dos poucos casos a ser considerado motivo de segurança nacional, diante da fome que passa o nosso povo.

A conclusão que chegamos é que não existe política traçada para a pecuária leiteira. O setor caminha como um barco à deriva, sem nenhum planejamento, sem nenhum incentivo. Na verdade o governo federal nunca se preocupou com o leite e com outros produtos que são importantes ao nosso mercado interno e fundamentais para nossa alimentação. A Secretaria da Agricultura do Estado toma algumas iniciativas práticas, mas são limitadas pois a solução da maior parte dos problemas do

leite depende dos Ministérios do Planejamento e da Agricultura, da SUNAB, do Banco do Brasil, em suma do Governo Federal. Cabe, portanto, formular uma política para o setor e pressionar para que, nos aspectos nacionais, ela seja assumida e executada pelo poder central.

E nesta política algumas reivindicações são fundamentais:

- 1) — Reformulação da tabela da SEAP, fixando o leite indústria e o leite excesso no mesmo valor do leite cota;
- 2) — Incentivo ao produtor através da implantação de programas de crédito;
- 3) — Prioridade ao empacotamento e distribuição do leite, visando atender principalmente os consumidores de baixa renda;
- 4) — Planejamento da distribuição do produto no estado, evitando distorções no fornecimento em diversas regiões;
- 5) — Programa de armazenamento do leite em pó, utilizando inclusive a indústria da CONFEPAR (antiga Kamby) que atualmente opera com capacidade ociosa, possibilitando melhor controle do mercado, eliminando a escassez no período de entressafra.
- 6) — Subsídio para a pecuária leiteira, visando melhorar os preços para o produtor e estabilizá-lo para o consumidor.

O estabelecimento destas diretrizes não será tarefa fácil. Elas se chocam com a atual política econômica do regime militar. Cabe aos produtores se organizarem e junto à sociedade civil lutar para fazer valer estas reivindicações que são justas e necessárias."

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Já ocupamos, há tempos passados, esta mesma tribuna para dizer que tínhamos esperança de que o colendo Congresso Nacional resolvesse satisfatoriamente o problema que está afligindo a classe dos farmacêuticos e bioquímicos do nosso País, no que diz respeito à perspectiva da diminuição das possibilidades de exercício com exclusividade, nesta tão importante função, que é a da análises clínicas.

Dissemos, naquela ocasião e repetimos agora que o farmacêutico bioquímico, é o profissional realmente preparado para cumprir com esse "desideratum", porque o "currículo" aprovado pelo Conselho Federal de Educação, mais recentemente e pelos órgãos competentes ainda no século passado, apresentam disciplinas, que efetivamente, dão uma visão exata, não apenas no aspecto técnico, mas também no aspecto social, do que deve ser realmente feito para aquele que está padecendo de enfermidade, possa ter a condição de segurança fundamental para a recuperação da sua saúde.

Sim Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados. É o farmacêutico que nas grandes cidades, ou na pequena cidade, se constitui num vanguardeiro autêntico da saúde pública, colaborando com os médicos e com outros profissionais da área da saúde, para garantir o bem estar da população.

Criou-se, há pouco tempo atrás, um curso chamado de bio-medicina em algumas Faculdades, ou melhor, em algumas Universidades do nosso País, curso esse com objetivo de formar cientistas. Aplaudimos, Sr. Presidente a iniciativa, porque realmente o nosso País precisa de cientistas; precisa de pesquisadores; precisa de professores habilitados para transmitir conhecimentos às novas gerações. O que não podemos admitir é que estes estudantes e os profissionais desta área, já formados, venham agora, através de ilustres Legisladores

do Congresso Nacional, prejudicar uma tradição toda de trabalho e honradez, conquistada com sacrifícios por esses que foram os pioneiros, os bandeirantes; para que chegássemos à condição que hoje temos em nosso País, de análises clínicas corretas, sérias, bem formuladas, confiáveis pela sociedade.

Esses profissionais não tem capacidade que tem um profissional da farmácia-bioquímica. Isso eu posso testemunhar como farmacêutico-bioquímico que sou, e de cadeira posso dizer, porque tenho observado o desempenho de meus colegas, embora não exercendo eu a nobre profissão, porque é uma profissão séria e não haveria condições de, simultaneamente ao mandato popular, digo, mandato parlamentar, que tenho a honra de desempenhar desde 1969, não teria eu condições para ser parlamentar e farmacêutico. Para ver Senhores, como é séria essa profissão. Não podemos aceitar que venham agora, profissionais que optaram por outra carreira, por outro rumo, atingir aqueles que estão, eficazmente, fazendo sua parte.

Por isso, Sr. Presidente, repito as minhas afirmativas anteriores de solidariedade plena aos movimentos que têm sido feitos em todo País, movimentos que visam alertar os nobres componentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, quanto a inconveniência de se permitir àqueles que receberam e estão recebendo a formação para serem professores e cientistas o que é privativo dos farmacêuticos.

Associo-me à manifestação que, tenho certeza, esta Casa irá novamente fazer aprovando requerimento de autoria de um nobre Deputado, que foi lido no Expediente, porque realmente se constitui em medida da maior justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à liderança do PDS se fará uso do restante do seu horário. Havendo declinado e encerrada a Hora do Expediente, passaremos à Ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente. Necessita de apoio. — Nego o apoio.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Apenas para dizer a Vossa Excelência que a Bancada do PDS apoia o projeto de lei do Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Os Srs. Deputados que apoiam o projeto de lei do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, permaneçam como estão. — (Pausa) Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente, devidamente apoiada. — Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 99/82, de autoria do ex-Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública, a "OBRA SOCIAL SANTO-EXPEDITO" com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 27/83, de autoria do DEPUTADO AUGUSTO CARNEIRO, que autoriza o PODER EXECUTIVO, a doar ao Município de Campo Mourão, o imóvel que especifica. (Anexo Projeto de Lei n.º 63/83, de autoria do Poder Executivo, que trata do mesmo assunto). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 68/83, de autoria do DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública, a "LOJA MAÇÔNICA LUZ E ESPERANÇA", da cidade de Mandaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 92/83, de autoria do DEPUTADO ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL" — ASEEDI", com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 103/83, de autoria do DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS S.O.S.", com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 104/83, de autoria do DEPUTADO WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA — A.P.M.I.", com sede em Cândido de Abreu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 109/83, de autoria do DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SÃO BRAZ - A.M.S.B.", com sede nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 110/83, de autoria do DEPUTADO ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública, a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALMEIRA - A.P.A.E.", com sede no referido Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 97/83, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.a DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 97/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (mensagem n.º 75/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 5944, de 21.05.69. (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., com EMENDA da C.R.H., por unanimidade, e da C.S.P., FAVORÁVEL ao Projeto e CONTRÁRIO à EMENDA da C.R.H., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.
Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a emenda da Comissão de Recursos Humanos.
Aprovada.

EMENDA ADITIVA Nº 01 DE PLENÁRIO

Ao Projeto de Lei n.º 97/83

Inclua-se onde couber:

Art. — O direito ou obrigatoriedade de transferência para a reserva previsto no art. 160 da Lei n.º 1943 de 23 de junho de 1954, também poderá ser suspenso à Juízo do Governo por necessidade Técnica de Serviço, acarretando a permanência no posto, na condição de adido ao Comando Geral da Polícia Militar, pelo prazo máximo de cinco anos, sendo, entretanto excluído do quadro de acesso à promoção de carreira.

§ único — O pessoal que permanecer adido ao Comando da Polícia Militar por força deste dispositivo legal, receberá a gratificação de 20 por cento sobre o total dos benefícios a qual não poderá ser incorporada à inatividade.”

Sala de Sessões, em 15 de agosto de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI —

Apoioamento - Nelson Vasconcellos, Sabino Campos, Jorge Maia Filho, Gilberto Carvalho, Ezequias Losso, Gabriel Sampaio Nelson Buffara, Antonio Anibelli, Tércio Albuquerque, Anibal Khury, Adhail Sprenger Passos, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Hermas Brandão, Trajano Bastos, Nestor Baptista, Francisco Escorsin, Tuguio Setogutte e Gabriel Manoel.

EMENDA ADITIVA

Ao Projeto de Lei n.º 97/83

JUSTIFICATIVA:

Temos um dado real, no qual se constatou que, a idade média de inatividade dos Oficiais Coronéis do Estado do Paraná é de 49 anos.

Nesta idade, o homem alcança a plena capacidade produtiva, onde o grau de conhecimento se alia ao da experiência provocando um alto índice de aproveitamento a nível de decisão.

Para melhor se posicionar no argumento, tomemos por base, o quadro comparativo abaixo:

ATIVA		RESERVA
Coronel	14	56
Ten. Coronel	39	38
Major	63	21
Capitão	150	62
1.º Tenente	204	33
2.º Tenente	227	52

Levando-se em conta o tempo de serviço efetivo até a presente data, teremos o seguinte quadro de inatividade nos próximos 6 meses:

Até dezembro/83	03 Oficiais Superiores
/84	10 Oficiais Superiores
/85	06 Oficiais Superiores
/86	08 Oficiais Superiores
/86	08 Oficiais Superiores
/87	05 Oficiais Superiores
/88	03 Oficiais Superiores
/89	01 Oficial Superior

Por outro lado, para que um Oficial possa galgar o posto de Coronel, existe o pré-requisito de dois cursos, ou seja, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, e o Curso Superior de Polícia, o qual exige um investimento do Estado na ordem de ... CR\$ 4.912.144,00 (QUATRO MILHÕES, NOVECENTOS E DOZE MIL E CENTO E QUARENTA E QUATRO CRUZEIROS), além do salário mensal pelo período de 6 (seis) meses.

Portanto, após tanto investimento para melhor se aperfeiçoar os Oficiais da Polícia Militar Estadual, há que se melhor aproveitar os conhecimentos acumulados em benefício

não só do Estado, mas também da comunidade que investiu na formação de tão ilibada elite.

Em votação a Emenda n.º 1 (um) de Plenário.—Aprovada.

EMENDA ADITIVA Nº 02 DE PLENÁRIO

Ao Projeto de Lei n.º 97/83

Inclua-se no inciso “IV” do artigo 46, onde couber, o seguinte:

“Tenha sido nomeado por Decreto do Chefe do Poder Executivo para exercer função na Casa Militar e Assessorias Militares”.

Sala de Sessões, em 15 de agosto de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI

Apoioamento: Trajano Bastos, Sabino Campos, Gilberto Carvalho, Tércio Albuquerque, Augusto Carneiro, Gabriel Sampaio, Ezequias Losso, Nestor Baptista, Nelson Vasconcellos, Francisco Escorsin, Anibal Khury e Adhail Sprenger Passos. JUSTIFICATIVA:

Dar tratamento equivalente a todos os policiais militares, inclusive àqueles que prestam serviços de relevância ao Estado, como é o caso específico dos que servem na Casa Militar e nas Assessorias Militares.

O serviço desses militares, além de serem de natureza eminentemente militar, abrangem os sentidos sociais que deveriam ser inerentes a todas as Corporações Militares de nossa Nação.

Além do mais, tal extensão, tem seu amparo nos conteúdos do Decreto Lei n.º 2010 - art. 6.º §§ 12 e 13.

Em governo participativo, democrático e igualitário só se pode ter um peso para qualquer medida.

Em votação a Emenda n.º 2 (dois) de Plenário. — Aprovada.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/83, (Mensagem n.º 73/83, ex-Proposição n.º 74/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado em 13/05/82, entre o Governo do Estado do Paraná e a URBS, com intervenção do Município de Curitiba, e objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela realização do 27.º Congresso da União Paranaense dos Estudantes, no Município de Maringá. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de determinar aos órgãos competentes do Estado e do município, a disciplina no uso de cópias xerox e heliográficas, visando principalmente a proibição da comercialização desse serviço. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da estrada que liga os Municípios de Palmeira e São João do Triunfo. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da estrada do Cerne, trecho compreendido entre os quilômetros 40 a 100. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de ex-

pediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a inclusão como beneficiária de recursos junto ao Orçamento Geral do Estado no exercício de 1984, da Santa Casa de Misericórdia do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao SENAC, visando a implantação de cursos do mesmo no Município de Fênix. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo informações referentes ao aumento de tarifas de água no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a instalação de um PS na localidade de Rio do Leão, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ervin Bonkoski, subscrito também pelos Srs. Deputados Antônio Anibelli e Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 30.º aniversário da fundação do "Jornal Caiçara", do Município de União da Vitória, bem como se dê ciência do mesmo à sua Diretora-Proprietária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de atender as reivindicações referentes ao Município de Nova Cantu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a implantação de uma unidade do Corpo de Bombeiros, no Município de Terra Roxa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de atender às reivindicações referentes à Delegacia de Polícia do Município de Mamborê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Câmara Federal pela criação e instalação da Comissão do Índio, bem como, seja enviado ao Sr. Presidente Deputado Mário Juruna, congratulações pela sua eleição. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações à Reflorestadora BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, quanto à aquisição de uma máquina motoniveladora ou equipamento similar. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à TV Iguaçu Canal 04, pela brilhante conquista da emissora que, através do Canal 08, levará suas imagens ao Município de Cascavel, e região Oeste do nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja oficiado telex à Bancada Paranaense do Senado Federal, no sentido de que seja aprovada a Emenda n.º 188/82, de autoria do Sr. Deputado Federal Euclides Scalco, ao Projeto de Lei n.º 6717/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de ser reativada a chamada operação "DER nas Praias". — Em discussão.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

Sete senhores Deputados aprovam; cinco Srs. Deputados rejeitam. — **Encerrada a discussão.**

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o encasalhamento da estrada que liga os Municípios de Barbosa Ferraz a Paraíso do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo seja doada uma viatura nova e devidamente equipada, bem como maior contingente de Policiais na Delegacia de Polícia do Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que a jurisdição da COHAPAR do Município de Ubatã passe a ser Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 92, 97, 103, 104, 109 e 110/83.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/83.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 74, 75, e 76/83.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1983

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Jorge Maia Filho.

As dezesseis e trinta horas é registrada a presença, dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagnão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57); achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli (1).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 74/83, que declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 74/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente e Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 99/83, que declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Curitiba do Grande Oriente do Paraná", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 99/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Curitiba do Grande Oriente do Paraná", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA — Presidente e Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 15/83, (Mensagem n.º 21/83), que aprova os Termos Aditivos datados de 30/12/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 1.º/02/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Faxinal e Goioerê. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 15/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados Termos Aditivos datados de 30 de dezembro de 1982, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 1.º de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Faxinal e Goioerê, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1983:

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 52/83, (Mensagem n.º 51/83), que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a construção de Terminais Rodoviários nos referidos municípios. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios de Cooperação e Compromisso, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios adiante mencionados: Joaquim Távora, n.º 15/83 - 08/03/83; Marmeleiro, n.º 16/83 - 08/03/83; Rio Azul, n.º 17/83 - 08/03/83, e Terra Roxa, n.º 18/83 - 11/03/83, objetivando a construção de terminais rodoviários, nos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 64/83, (Mensagem n.º 50/83), que aprova Termo de Cooperação e Compromisso n.º 19/83, celebrado em 08 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de São Pedro do Ivaí, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros no referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio de Cooperação e Compromisso, n.º 19/83, celebrado em 08 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de São Pedro do Ivaí, objetivando a construção do terminal rodoviário do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sal a das Comissões, em 29 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
GILBERTO CARVALHO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 65/83, (Mensagem n.º 52/83), que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 29 de dezembro de 1982, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 65/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 29 de dezembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Andará n.º 11, Campina Grande do Sul, n.º 40; Campo Largo, n.º 42, Cruz Machado, n.º 66; General Carneiro, n.º 86; Irati, n.º 108; Jaguariaíva, n.º 121; Lapa, n.º 133, Manguaçu, n.º 145, Palmas, n.º 178, Palmeira, n.º 179, Piraquara, n.º 197, Porto Amazonas, n.º 202,

Quintandinha n.º 214, Rio Azul n.º 222, Sengés n.º 265, e Teixeira Soares n.º 272, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.